



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

Aos 21 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Rangel, sobre assuntos da atualidade europeia, nomeadamente no que diz respeito ao papel dos parlamentos nacionais no processo de construção da União Europeia.

II PARTE

- 1. Informações.**
- 2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.**
- 3. Relatores permanentes - Dossiers Assuntos Europeus.**
- 4. Aprovação e votação das atas n.º 78, de 23 de dezembro de 2016 e n.º 84. de 8 de fevereiro 2017.**
- 5. Outros assuntos.**



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

I PARTE

Audição do Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Rangel, sobre assuntos da atualidade europeia, nomeadamente no que diz respeito ao papel dos parlamentos nacionais no processo de construção da União Europeia.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada Regina Bastos, deu as boas vindas ao Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Rangel e comitiva que o acompanhava, agradeceu a disponibilidade e esclareceu a metodologia da reunião.

Na sua intervenção inicial o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Rangel cumprimentou a CAE, na pessoa da sua Presidente, e todos os Grupos Parlamentares.

Como ponto mais relevante da audição destacou-se o facto de o Deputado ser relator do Relatório da aplicação dos Tratados quanto à questão dos Parlamentos nacionais. Este relatório tem um efeito de balanço e deverá estar concluído em 7 de julho de 2017, embora se preveja que este prazo seja estendido por questões burocráticas, razão que justifica a sua vinda à Assembleia da República

Foram ainda abordadas sucintamente outras matérias, designadamente a aprovação de três relatórios de iniciativa na semana anterior em Estrasburgo sobre o futuro da Europa, um com alteração de Tratados, outro sem alteração de Tratados mas antes explorando o Tratado de Lisboa, e um terceiro sobre a capacidade orçamental da zona euro, sobre o qual interessava ter eco sobre a forma como era acompanhado pelos diferentes Grupos Parlamentares em Portugal.

O Senhor Deputado Europeu aludiu também à necessidade de saber como os Parlamentos nacionais estão a exercer a sua execução institucional, tecendo posteriormente algumas considerações sobre os Relatórios Napolitano, Brok e Casini e sobre os seus resultados.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

Sobre o exercício do controlo da subsidiariedade e proporcionalidade referiu-se ao contributo dos Parlamentos nacionais, considerando que o prazo das 8 semanas para escrutínio das iniciativas é curto; que a partilha interparlamentar através do IPEX faz sentido mas falta uma base para partilha de informação e comunicação mais agilizada entre Parlamentos nacionais; defendeu a criação de uma rede de contactos a criar ao nível da Comissão Europeia no domínio dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade; insistiu na dimensão de diálogo interparlamentar, não entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais mas sim entre os Parlamentos nacionais entre si.

Terminou referindo-se à dimensão do multilinguismo, ao mecanismo de pré-iniciativa legislativa – Cartão Verde – questionando se os Parlamentos nacionais podem ser uma 3.ª Câmara, defendida por países que se afastam da ideia de integração, e ao facto de o Semestre Europeu ter esvaziado competências dos Parlamentos nacionais em matéria orçamental, faltando por isso uma adaptação e reajustamento dos Parlamentos nacionais em relação ao mesmo e uma semana comum a todos os Parlamentos nacionais sobre o Estado da União.

Numa primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os **Senhores Deputados:**

Miguel Morgado (PSD), referindo-se à morosidade do processo de cartão verde; à necessidade de reforço da União Económica e Monetária, à luz dos relatórios do Parlamento Europeu, um dos quais com um parecer do Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, e a ligação ao Fundo Monetário Europeu; à questão relativa à definição do papel do Tribunal de Justiça nesta matéria; às diferenças do tratamento institucional e à necessidade de impedir que estas contribuam para o fosso político que se cria na zona euro; e finalmente, sobre o financiamento da capacidade orçamental e dos recursos próprios, referiu o Relatório Monti e questionou quais as opções relativamente a esta situação.

Vitalino Canas (PS), aludindo à Política Comum de Segurança e Defesa, nomeadamente focando as relações entre a NATO e a UE; questionou a necessidade



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

de alteração ou não dos Tratados relativamente ao papel dos Parlamentos Nacionais, salientando a continuidade do reforço da COSAC e a maior presença dos Parlamentos Nacionais no Semestre Europeu, bem como a dificuldade em compreender o seu alcance.

Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), destacou questões como a Semana Europeia e o debate alargado no espaço europeu, bem como o crescente desafio político, em contraste com o silêncio dos Estados, as eleições no seio da Europa e o crescimento da expressão popular contra o projeto europeu, situação preocupante e que adia os desafios da UE; questionou ainda sobre a emergência destes fenómenos populistas, anti-imigração e anti-euro.

Isabel Pires (BE), salientou os ajustamentos do atual quadro institucional da União Europeia e o interesse no debate do projeto europeu, o afastamento dos cidadãos das instituições europeias e o crescimento de movimento extremistas, a centralização dos poderes executivos para a Comissão Europeia, podendo ser discutida a sua legitimidade democrática, nomeadamente no que se refere a mecanismos como o Semestre Europeu e o Tratado Orçamental, defendendo também que a discussão gerada sobre o tema deve ser debatida de forma aberta e pública.

Paula Santos (PCP), acentuou que os relatórios aprovados no Parlamento Europeu apontam para o aprofundamento de opções políticas responsáveis pela crise na UE e que afeta os vários Estados e que não estão a ser encontradas soluções para os problemas como as desigualdades existentes entre os vários Estados e o crescimento dos extremismos; mencionou a reformulação da União sem alteração dos Tratados e a concentração de poder nas instituições europeias, sobretudo através do fim do princípio da unanimidade do Conselho para maioria qualificada e a alteração ao orçamento da União com reorientação dos fundos estruturais para instrumentos como o Plano Juncker, concluindo que os instrumentos e mecanismos a alterar pretendem retirar soberania e poder de decisão aos Estados, dando como exemplo o caso do Semestre Europeu e a diminuição da soberania orçamental.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

O Deputado ao Parlamento Europeu Paulo Rangel respondeu às questões colocadas de forma individualizada. A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1691&title=audicao-de-paulo-rangel>)

II PARTE

1. Informações.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada Regina Bastos (PSD), deu início à reunião com as seguintes informações:

- a) No dia 28 de fevereiro os Senhores Deputados José Manuel Pureza (BE) pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e Duarte Marques (PSD) pela Comissão de Assuntos Europeus representariam a Assembleia da República na reunião interparlamentar organizada pela Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu sobre "*The Third Reform of the Common European Asylum System - Up for the Challenge*" no Parlamento Europeu, em Bruxelas;
- b) No cumprimento do Plano de Atividades da CAE e de acordo com a lei de acompanhamento, apreciação a pronúncia sobre a participação portuguesa no processo de construção da União Europeia, tinha sido pedido o agendamento de debate em Sessão Plenária, com a participação do Governo, sobre as prioridades da presidência maltesa do Conselho da União Europeia, o qual ficara agendado para a Sessão Plenária de dia 3 de março, sexta-feira;
- c) Estava também já agendado o debate, com a participação do Senhor Primeiro-Ministro, preparatório do próximo Conselho Europeu para a



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

Sessão Plenária de dia 8 de março, quarta-feira. Por motivos de agenda do Senhor Primeiro-Ministro esta Sessão Plenária seria realizada durante a manhã, com início às 10 horas;

- d) Conforme pedido pela CAE, na próxima Conferência de Líderes deveria ser agendado o debate, com a participação do Governo, sobre os diversos instrumentos de governação económica da União Europeia, que integram o Semestre Europeu. Este Debate deveria ocorrer em Sessão Plenária no 2º trimestre do ano;
- e) Na sequência do decidido na última reunião de Mesa e Coordenadores, tinha sido enviado ao gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República uma sugestão no sentido de ser prevista uma Sessão Evocativa por ocasião da assinatura do 60.º aniversário do Tratado de Roma que se assinala no dia 25 de março;
- f) Estavam previstas as seguintes audições na CAE durante a semana:
 - i. No dia seguinte, às dez horas, a audição regimental com o Ministro dos Negócios Estrangeiros – esta audição tinha estado inicialmente prevista para o dia 31 de janeiro, mas foi reagendada face às jornadas parlamentares do PEV que se realizaram nesse dia;
 - ii. Na sexta-feira, dia 24, das 9 às 10 horas, a audição do Vice-Presidente Valdis Dombrovskis, sobre o relatório anual relativo a Portugal no âmbito do Semestre Europeu. As Comissões de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e de Economia, Inovação e Obras Públicas tinham sido convidadas a associarem-se para audição conjunta. Não tinham sido ainda recebidas confirmações.

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

Apresentou o Senhor Coordenador, Deputado Eurico Brilhante Dias, as seguintes propostas de deliberações:

- a) Sinalização à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 182/2011, que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências de execução pela Comissão;

- b) Informação à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, que se encontra a escrutinar iniciativas europeias no domínio da energia, da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO Segundo Relatório sobre o estado da União da Energia.

Uma vez colocadas à discussão e votação, as propostas de deliberação foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

3. Relatores permanentes - Dossiers Assuntos Europeus.

A discussão deste assunto ficava adiada para a reunião seguinte, tendo em conta a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

4. Aprovação e votação das atas n.º 78, de 23 de dezembro de 2016 e n.º 84. de 8 de fevereiro 2017.

A votação das atas ficava adiada para a reunião seguinte, tendo em conta que do seu texto ainda constavam menções em língua inglesa relativas a iniciativas europeias cuja versão portuguesa ainda não tinha sido recebida na Assembleia da República.

5. Outros assuntos.

A Senhora Presidente deu conhecimento de um pedido da Senhora Deputada Carla Tavares (PS) para que um grupo de uma escola de Aveiro assistisse à reunião da CAE de 4 de abril, por ocasião da sua visita à Assembleia da República. Não se registando nenhuma oposição, este pedido seria atendido.

A reunião foi encerrada às 17:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

Palácio de São Bento, 20 março 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 87/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
António Costa Silva
Carla Tavares
Carlos Costa Neves
Carlos Pereira
Duarte Marques
Eurico Brilhante Dias
Filipe Anacoreta Correia
Francisca Parreira
Inês Domingos
Isabel Pires
João Galamba
Manuel Rodrigues
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Paula Santos
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
António Sales

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Moisés Ferreira
Pedro Mota Soares